

SESSÕES DO PLENÁRIO

38ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de maio de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR (Primeiro-Secretário)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 34ª e 35ª, realizadas, respectivamente, em 6 e 7 maio de 2025.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o primeiro orador, o eminente deputado Hilton Coelho, que sempre que sobe à tribuna tem estado com o cartaz: “*Cadê o PL 25.491/2024?*” O PCCV? V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. **(Oradores inscritos)**

O Sr. HILTON COELHO: Obrigado, presidente. Exatamente, o projeto do Judiciário baiano. Obrigado também pela sua declaração de apoio a essa causa, que só tem se fortalecido aqui, nesta Casa. Diversos deputados estão se posicionando em

cima de uma conclusão de que é inevitável, que a aprovação do PCCV tem de acontecer, não existe outro caminho senão a vitória do povo baiano em relação a esse Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos trabalhadores do Judiciário.

Isso está acontecendo porque nós temos uma greve que está extremamente forte. A categoria, unificada, percebeu que apenas um posicionamento ativo em relação à própria hierarquia do Judiciário baiano, mas também em relação à posição do governador Jerônimo, e desta Casa também, que só essa posição ativa poderá gerar uma vitória. Eu acho que nós estamos às portas de isso acontecer.

Nós tivemos o informe de que a posição da presidente do TJ foi muito afirmativa ontem, uma posição de não aceitar que esta Casa deixe de pautar o PCCV. O acordo já estava feito, com toda a sinalização, e existe Orçamento para isso. Em verdade, o que nós estamos discutindo é a própria autonomia entre os Poderes – nós já tratamos sobre isso aqui, na tribuna – que precisa ser reafirmada por esta Casa.

Esta Casa, que é a Casa da produção das leis, precisa ser a Casa também da defesa da Constituição brasileira, deputado Arimateia, deputado Fabrício. E defender a Constituição brasileira nesse caso é dizer que, se tem Orçamento próprio, se o Judiciário assume o gasto que vai acontecer com o PCCV, não existe outro caminho senão a votação.

Então, nós estamos muito esperançosos de que o dia de hoje seja com a consolidação dessa situação. Chega de sinais! Nós queremos a aprovação do PCCV já, não aguentamos mais sinalizações positivas. Elas já aconteceram e estão mais intensas porque nós estamos no contexto de greve, e elas precisam ser finalizadas com a vitória do movimento que, como eu disse, não será uma vitória dos trabalhadores e das trabalhadoras do Judiciário, será uma vitória do povo da Bahia. E é uma vitória institucional também, porque nós não podemos rasgar a Constituição, sacrificando o princípio da autonomia entre os Poderes.

Então, todo o apoio do Partido Socialismo e Liberdade a essa luta. Eu tenho a certeza de que não existirá passo atrás, nós avançaremos para a aprovação do PCCV.

Parabéns pela coragem. Nós vamos nos abraçar, comemorando essa vitória.

Bom, Sr. Presidente, queria marcar que amanhã, à noite, às 18h30min, nós teremos a presença do companheiro Glauber Braga aqui, na Bahia. Ele está participando da caravana que está rodando o Nordeste, assim como roda todo o Brasil, para dizer: Glauber fica. Não para a manutenção, apenas, de um parlamentar, ainda que Glauber seja um grande parlamentar, a nossa questão, aqui, são as bandeiras que esse mandato defende, dentre elas, inclusive, a valorização do serviço público e dos trabalhadores do Judiciário. Os trabalhadores sabem disso, a sua organização sindical sabe que sempre contou com Glauber Braga para as mais diversas lutas.

Nós precisamos tornar isso uma questão de honra, porque o que está por trás não é nenhum conflito no parlamento brasileiro, deputado Fabrício. O que está por trás é a revelação do que é esse esquema do “Orçamento secreto” que, tal qual vinha conversando com V. Ex.^a algumas semanas atrás, tem desarmado, inclusive, a ação do próprio governo federal e é fonte de escândalos e mais escândalos.

Glauber Braga tem significado no Congresso Nacional um ator político que não vacila e pauta essa questão com a dureza que ela precisa ser pautada, por isso pode vir a perder o seu mandato, e nós não vamos deixar que isso aconteça.

Glauber chega amanhã, pela manhã, depois da greve de fome, que foi uma greve vitoriosa, chamou a atenção do Brasil para o que é o “Orçamento secreto” neste país e como ele tem relação com os esquemas que são montados, como a Overclean aqui, em Salvador, e por todo o país. Em função dessas situações, nós estaremos, junto com o professor Hamilton Assis e, esperamos, com parlamentares desta Casa também, prestando toda a solidariedade e gritando alto e em bom som: “Glauber fica!”

Eu só queria, Sr. Presidente, fazer dois registros. Ontem, em Candeias, eu participei da assembleia das trabalhadoras e trabalhadores em educação, que estão tendo seu plano de carreira completamente dilapidado pela prefeitura. O prefeito precisa respeitar o plano de carreira porque ele está na lei do piso nacional da educação. Não existe a implementação do piso nacional rasgando a carreira. Aliás, é o que Bruno Reis está querendo fazer aqui, em Salvador, também.

Infelizmente, está acontecendo em Candeias. Existem, inclusive, segmentos da categoria que estão recebendo metade do que deveriam estar recebendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

Então, nós queremos declarar aqui todo o nosso apoio às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação em Candeias, e dizer que nós vamos acompanhar essa luta. Por fim, Sr. Presidente, estivemos também em São Francisco do Conde, reforçando a luta do conjunto dos servidores e servidoras públicas. Lá, a situação também é dramática. Nós temos servidores que não têm o piso respeitado na área de educação, com servidor que está ganhando, praticamente, o salário-mínimo no município de São Francisco do Conde. Não se respeita o piso da enfermagem, não se respeitam os trabalhadores da Câmara Municipal de São Francisco do Conde.

Estavam todos lá, numa belíssima manifestação. E eu quero, então, declarar todo o nosso apoio, porque São Francisco do Conde tem uma das maiores rendas *per capita* da América Latina. É um município extremamente fortalecido do ponto de vista do Orçamento público, em função de estar, obviamente, numa região que é industrializada, especialmente influenciada pela indústria do petróleo. Então, há muito dinheiro em caixa.

É essa prefeitura que esmaga as conquistas dos trabalhadores de São Francisco do Conde, e nós não podemos permitir.

A Assembleia Legislativa tem de ser, sim, um palco para nós discutirmos a situação dos municípios. O nosso mandato está se colocando aqui não apenas em defesa da educação, dos trabalhadores da educação nos diversos municípios da Bahia, mas também dos diversos segmentos do serviço público nesses municípios.

Nós precisamos tirar da invisibilidade a situação massacrante à qual estão submetidos os segmentos do serviço público pela Bahia afora. Nós precisamos tirar isso dessa situação de invisibilidade para que a justiça venha a ser feita, especialmente

quando não existe qualquer justificativa para que isso aconteça, como é o caso de São Francisco do Conde.

Então, todo apoio à luta dos servidores e servidoras de São Francisco do Conde. Nós vamos estar aqui acompanhando, ocupando a tribuna e contribuindo para que a sociedade de São Francisco do Conde saia vitoriosa através da luta dos seus servidores e servidoras públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, meu amigo irmão, deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas presentes, servidores, imprensa.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para externar a minha preocupação e fazer aqui um questionamento público. A pergunta é: até quando o Sr. Jerônimo Rodrigues continuará a jogar o povo baiano na vala, utilizando para este fim, como retroescavadeira, a criminalidade e as facções?

Nos tornamos, mais uma vez, o estado mais violento do Brasil, segundo o *Atlas da Violência*. Em 2023, mais de 6,6 mil homicídios! E o Jerônimo brincando de trabalhar, fazendo mais um passeio, turistando na China. É uma vergonha, um vexame! E o pior de tudo: estamos vivendo um verdadeiro massacre do povo baiano com a permissividade, a conivência do PT e do Jerônimo Rodrigues.

Samuel Junior, meu colega irmão, eu não sei se V. Ex.^a já viu a loucura coletiva dos bebês *reborn*. Já ouviu falar? Os bebês de brinquedo que, para quem olha de longe, parece um bebê de verdade, se veste como um bebê de verdade, tem mãe, tem pai e, inclusive, tem gente entrando na Justiça para ter a guarda desses bebês. É uma loucura coletiva!

Eu vou passar a chamar também, agora, o nosso governador de “governador *reborn*”, “Jerônimo *reborn*”, “governador *reborn*”. Ele tem o diploma de governador, ele se diz governador, tem gente que bate palmas para esse que se diz governador, mas ele não governa, ele não governa de fato, ele não representa o povo de verdade. Ou seja, é um “governador *reborn*”, parece que é porque tem diploma, porque tem mandato, mas não governa, é um governador de mentira.

Só que longe dessa psicopatia que eu usei aqui como exemplo, essa loucura coletiva dos bebês *reborn*, que prejudica apenas a sanidade de quem acha que é pai de um bebê de mentira ou mãe de um bebê de mentira, a loucura emplacada aqui, na Bahia, pelo governador de mentira que nós temos, pelo governo invisível que temos na Bahia, tem levado para a vala milhares e milhares de baianos. Tudo o que o nosso povo quer, tudo o que o nosso povo gostaria, é poder realizar as suas atividades do cotidiano normalmente, como ir a uma padaria, caminhar, trabalhar, mas não pode. Até as crianças e adolescentes estão sendo vítimas das facções dentro de escolas.

Ontem, um adolescente de 14 anos foi sequestrado por uma facção na escola. Cadê o governador? Está na China! O “governador reborn” está na China passeando! Mais um passeio para o qual ele vai de mãos vazias e volta de mãos abanando.

Enquanto isso, a Bahia está vivendo essa tragédia. Estamos enfrentando o terrorismo. Já vimos o ocorrido com inúmeros baianos em suas atividades cotidianas. Por exemplo, a dentista que, trafegando em uma grande avenida como a Paralela, foi assassinada.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Um senhor de idade foi assassinado quando foi ao pet shop pegar o seu cachorro. Jovens e adolescentes que saem de um bairro para o outro são sequestrados, torturados e assassinados por facções, perdendo suas vidas. E assim vai, sendo milhares e milhares do nosso povo, especialmente da periferia, que é a mais atingida. E o Jerônimo Rodrigues fica dando uma de *tiktoker*, turistando...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Peço a sua paciência, presidente. Vou concluir. Então, fica aqui a minha indignação!

E, para piorar, ontem, mais um empréstimo foi aprovado aqui na ALBA, já se somam bilhões e bilhões de reais, sendo um dinheiro que não se sabe para onde vai. Leandro de Jesus é contra empréstimo? Não sou! Agora, para onde está indo esse dinheiro? Qual o projeto? Qual a destinação? Qual o cronograma de aplicação? Como vai se pagar? Nada disso chega de maneira transparente a esta Casa.

E aí, no atropelo, os projetos de empréstimos são votados em regime de urgência e o povo baiano é que vai pagar essa conta. Se pelo menos esses valores bilionários fossem revertidos para o bem do povo, vá lá; mas o dinheiro simplesmente some, evapora e ninguém vê. Isso precisa de um fim! Isso aqui não é um balcão de negócios para interesses pessoais.

Inclusive, ingressei com uma ação popular ontem para suspender esses empréstimos! É o mínimo que eu posso fazer e eu espero que esta Casa volte a se moralizar, a buscar o seu respeito e a tratar esses projetos, que são enviados aqui, em regime de urgência, com a seriedade que tem que se ter.

Fica aqui a minha indignação, mas também a esperança de que em 2026 tudo isso vai mudar!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Leandro de Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado bispo José de Arimateia, essa grande figura, representante da Princesinha do Sertão, representante dos jovens, das viúvas, dos velhinhos e dos animais. Fica à vontade, Excelência.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, quero parabenizar os funcionários do Judiciário e quero dizer que a luta de vocês – podem ter certeza – vai ser ouvida, porque nós

tivemos um exemplo aqui nesta Casa. Quero passar para vocês que, no ano passado, nós estávamos para votar o projeto da Defensoria Pública, já estava tudo acordado que o projeto seria aprovado no ano passado e, se não me falha a memória, não foi aprovado. Foi uma surpresa muito grande, os defensores encheram as galerias, bateram na porta dos deputados e, no início do ano, pautaram o projeto. Por que isso? Porque houve uma mobilização. Então, eu acho que vocês devem perseverar nessa luta.

Quero parabenizar o jornalista e professor Vladimir, que foi meu professor – ouviu, deputado Samuel? – lá na Unef. Ali o jornalista da *Rede Bahia* de Feira de Santana e também o meu professor. Podem ter certeza de que a luta de vocês vai ser atendida. Creiam, perseverem, têm que agir, têm que agir e conversar com os deputados federais que vocês conhecem, conversar com os que têm influência com a Bancada do Governo, porque só está dependendo disso. A Bancada da Oposição já está pronta, preparada para aprovar e assinar embaixo a causa de vocês. Há também o meu amigo Jair de Jesus que também faz parte da luta, foi meu colega como vereador em Feira de Santana. Então, vocês são homens e mulheres de bem que precisam ser reconhecidos.

Sr. Presidente, eu venho aqui fazer, mais uma vez, um apelo aos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Meio Ambiente. Eu quero fazer um convite especial a todos os colegas parlamentares, não só da Comissão de Meio Ambiente, deputado Samuel Junior, porque os deputados desta Casa precisam participar, como também a sociedade civil organizada, especialistas, a população baiana em geral. No dia 21 de maio, nesta Casa, por meio da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, nós iremos realizar uma audiência pública com o objetivo de debater um tema de grande relevância para o futuro ambiental e hídrico do nosso estado: a cobrança e o pagamento dos serviços ambientais.

Deputado Samuel, na semana passada, se eu não me engano, ou foi no final do mês passado, o Projeto de Lei nº 25.730/2025, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado por esta Casa, o qual institui a política e o programa estadual de pagamentos por serviços ambientais – o PSA e o PEPSA –, e até agora não diz no projeto como serão cobrados os serviços ambientais, como é que o governo vai cobrá-los.

Então, essa audiência pública ocorrerá para podermos saber a clareza dessa lei. Já é lei, já foi aprovada nesta Casa. Por isso, nós vamos ter essa audiência pública nas salas Luís Cabral e Herculano Menezes para aprofundar essa discussão sobre o mecanismo do pagamento de serviços ambientais, da gestão dos recursos envolvidos e, principalmente, tratar de um ponto ainda não contemplado no referido projeto de lei: a cobrança...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelo uso da água outorgável. Foi isso que o projeto de lei não explicou com clareza, não mostrou. Então, as organizações, como a Embasa, os produtores irrigantes dos órgãos públicos competentes, os pesquisadores de entidades socioambientais e todos os setores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da sociedade civil que desejam contribuir com esse processo precisam entender como vai ser cobrada essa taxa.

Reforço também, portanto, o convite a todos os deputados que participam da Comissão de Meio Ambiente, como também aos demais deputados de outras comissões, para que possamos discutir, dialogar a construção coletiva de políticas públicas que conciliem o uso sustentável dos nossos recursos naturais com justiça ambiental e social.

Então, essa lei foi aprovada aqui, mas é preciso que ela seja explicada. Como vai ser a cobrança? Para onde vai esse recurso, deputado Samuel, que vai ser cobrado? O povo quer saber. Essa lei foi aprovada e não foi discutido esse tema, então a gente precisa discutir, porque a gente precisa saber e o governo tem que esclarecer com clareza. Com certeza, a gente espera que os órgãos, como a Embasa, e todos os órgãos envolvidos do governo possam fazer essa explicação aqui.

Na próxima semana, nós teremos isso aqui e eu conto com a participação de V. Ex.^a, conto com a participação do nosso amigo da região de Irecê, do deputado Fabrício e do deputado Ricardo, que já foi prefeito da cidade de Lapão. Então, V. Ex.^a precisa também saber, deputado, porque lá precisa de muita água, lá há um solo também que produz água e a gente precisa, com certeza, saber direitinho para onde é que vai o recurso.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., meu amigo deputado e bispo José de Arimateia, que está reforçando o convite para essa grande audiência pública da próxima semana. Por certo, o deputado Ricardo Rodrigues estará representando aquela região tão importante, que é o Baixio de Irecê.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora o meu amigo, o meu irmão, o deputado Fabrício Falcão, grande figura da cidade de Vitória da Conquista. É um amigo que eu tenho. Fique à vontade, Excelência.

O Sr. Fabrício Falcão: Boa tarde, Sr. Presidente, demais presentes, Sr.^a Deputada. Presidente, antes de começar a minha fala, eu queria pedir 1 minuto de silêncio pelo passamento do nosso líder religioso Divaldo Franco. Pode ser?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Fabrício. O pedido de V. Ex.^a será atendido.

Convido a equipe técnica para que marque 1 minuto e peço a todos que, em sinal de respeito, se coloquem de pé.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Restabeleça o tempo do deputado Fabrício, por favor.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, muito obrigado por me atender.

Na verdade, gostaria de falar da morte do grande ser humano Divaldo Franco, uma das figuras mais importantes, como ser humano, deste país, da Bahia, do Brasil

e do mundo, uma figura universal, que teve sua vida dedicada, por meio da religião, do espiritismo, por meio do seu humanismo, a cuidar das pessoas, a levar a sua palavra de fé, de oração, de paz, de amor a todos aqueles em cada canto por onde passou.

Foi um dos maiores oradores que eu conheci em minha vida, com mais de 200 livros psicografados, escritos, Hilton, uma figura humana incrível, com o seu trabalho fantástico ali na Mansão do Caminho, uma figura incrível.

Então, é muito triste. Mas que Deus o tenha junto a ele, essa figura maravilhosa. Todo o Brasil, todas as pessoas, sejam elas da religião do candomblé, do espiritismo, da religião católica, protestante, todos sabem do papel dele para o Brasil, para a vida, em busca da paz, sempre lutando pela paz no mundo. Então, é uma perda muito grande, mas teve uma vida, nos seus quase 100 anos, de dedicação ao amor e à esperança.

Ontem também tivemos a perda de uma grande figura, que foi o líder político Pepe Mujica, uma figura que dedicou sua vida à luta pela liberdade no Uruguai. Foi preso, torturado por mais de 15 anos, e saiu da prisão com as palavras “esperança”, “força” e “luta” para transformar aquele pequenino país que é o Uruguai em um lugar de equilíbrio, de transformação e de cuidado com o seu povo.

Então, Mujica foi uma figura de inspiração para todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa, mais humana. Eu senti muito ontem também com a perda dele.

Isso deixa, para mim, o dia de hoje mais triste. Figuras como ele, como Divaldo, que lutaram pela esperança, pela erradicação da fome, da miséria, das desigualdades sociais e que saem deixando este mundo um pouco mais pesado, um mundo de guerras, de violência, como ocorre no massacre do povo palestino em Gaza.

Enfim, temos que sempre ter a palavra da fé, da luta e da resistência.

Mas, presidente, hoje, pela manhã, eu estava assistindo ao noticiário, logo ali por volta das 6 horas da manhã, mostrando o debate do economista, investidor financeiro, que também presidiu o Banco Central do Brasil, o Armínio Fraga, em que ele debatia, falava o porquê de defender o congelamento, por no mínimo 6 anos, do salário-mínimo, esse salário-mínimo “exorbitante”, um salário-mínimo “alto”, que deixa sobrar dinheiro na mão do povo brasileiro todo mês porque é dinheiro demais que entra.

Congelar o salário-mínimo, desvinculando-o da aposentadoria – para quem ganha também até um salário-mínimo – e dos programas sociais como o BPC, que é para pessoas que têm algum tipo de problema e o Estado ampara. E ele dizendo que o grande problema do Brasil é a correção automática... Saudar aqui também os servidores do Judiciário, o PL de vocês também é uma vontade minha, podem contar comigo.

Mas, assim, ele dizendo que hoje o problema do país está no exorbitante salário-mínimo que ganha o trabalhador brasileiro, R\$ 1,5 mil por mês, e fazendo debates pelo Brasil. O Brasil tem esta coisa vergonhosa, um salário-mínimo pequeno, que não dá para suprir nem 20% das necessidades diárias e mensais do seu povo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e ele debatendo a necessidade...

Sr. Presidente, só mais um tempo, por favor.

(...) e ele colocando ali que essa é a solução para consertar o Brasil.

Sr. Presidente, eu queria aqui só colocar um pouco de dados: o governo federal gastou, em 2024...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o governo federal gastou, em 2024, R\$ 110 bilhões com educação; o governo federal gastou, em 2024, R\$ 215 bilhões com saúde; o governo federal gastou R\$ 168 bilhões com o Bolsa Família. Isso aqui dá, aproximadamente, R\$ 470 bilhões com saúde, educação e transferência de renda do Bolsa Família.

Alguns dos senhores aqui sabem quanto o governo federal pagou, em 2024, só de juros da dívida? Você sabe, Hilton? Foram pagos 1 trilhão, 58 bilhões de reais, foi o que o governo federal pagou de juros da dívida.

Com o aumento, na última quinta-feira, da taxa Selic em mais meio ponto percentual, este ano, 2025, poderá fechar com mais ou menos 1 trilhão, 200 bilhões de reais, não da dívida, mas dos juros da dívida.

Armínio Fraga, o que está quebrando este país é o parasitismo financeiro, o rentismo! Veja, o cidadão que tem R\$ 1 milhão guardado pensa: “Se eu for montar um negócio, vou pagar imposto, posso ter problema, posso quebrar, e aí vou ter dor de cabeça.” Aí ele fala: “Bom, eu tenho R\$ 1 milhão, empresto para o governo federal (por meio de títulos do Tesouro Direto) e recebo 15% ao ano, o que dá R\$ 150 mil.” Isso é um exemplo: dentro de casa, sem trabalhar, emprestando ao governo federal.

O problema do país é o rentismo financeiro. É um absurdo o que se pratica neste país. Gente, tomar dinheiro emprestado todo mundo toma, eu tomo emprestado, eu devo ao banco, todo o Brasil deve. O Brasil deve.

Os Estados Unidos tomam, em média, US\$ 2 bilhões por dia emprestado. Todos os dias o governo dos Estados Unidos toma, mas toma, Hilton, a 0,5%, meio por cento, ao ano.

A França, o Japão, todos esses países tomam dinheiro emprestado todos os dias, mas a 0,5%, a 1%. O governo brasileiro toma dinheiro emprestado no mercado a 15%, gerando R\$ 1 trilhão de juros, mais dinheiro do que gasta com educação, com saúde, com previdência, com tudo.

Então, Armínio Fraga, o que gasta, o que quebra este país são pessoas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que especulam no mercado financeiro, como você, que vive da miséria do povo brasileiro.

Essa fala dele de hoje me deixou com essa vontade, e eu quero aqui repetir: são coisas que empacam e quebram este país, o rentismo. O Brasil tomar dinheiro e pagar juros a 15% ao ano no mercado nacional e internacional faz o país ter essa dívida exorbitante, que a cada dia tira mais dinheiro da infraestrutura... Vou só aqui, presidente, para terminar.

O governo federal vai ter, ao final deste ano, o governo Lula, R\$ 54 bilhões livres para investimento, para fazer obra, estrada, o diacho! Mas vai pagar R\$ 1,2 trilhão de juros da dívida.

É isso que está fazendo este país, a cada dia, ter menos dinheiro para gastar em infraestrutura, em educação, em ciência, em tecnologia, mas pagar ao parasitismo financeiro nacional e internacional.

Viva a Divaldo Franco! E viva a Pepe Mujica! Deus abençoe todos nós!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Fabrício. Eu convido V. Ex.^a a assumir a presidência aqui da sessão para que eu também possa fazer uso da palavra.

(O deputado Fabrício Falcão assume a presidência da Mesa.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Passo a palavra ao nobre amigo deputado, essa figura humana querida, que é o deputado Samuel Junior, por 5 minutos, mas, como a Casa está vazia, pelo tempo que o nobre colega precisar.

Com a palavra o deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Srs. Deputados, amigos, irmãos, meu grande parceiro, deputado Fabrício... Eu digo sempre, Fabrício, e falava aqui antes de você chegar, que nós temos as nossas divergências políticas, até porque estamos em campos políticos opostos, mas existe um respeito mútuo entre nós dois, uma relação de amizade, de carinho, de cumplicidade e de respeito.

Até usei o exemplo de que a minha contadora pessoal é a mesma contadora sua. Então, isso mostra a nossa maturidade de pensarmos diferente, divergirmos politicamente, mas, eu acho, com o respeito que nós precisamos ter com os nossos 62 colegas. Esta Casa é composta por 63 deputados.

Mas eu estava, deputado Leandro, pensando no que falar, e me lembrei – meu caro deputado Matheus, essa grande figura – do júri no qual o advogado, caro Armando, para defender o seu cliente que estava sendo acusado de ter assassinado uma pessoa, como os promotores não conseguiram encontrar a vítima, o advogado na sua dissertação para defender o seu cliente chamou o juiz, juntamente com os jurados, e disse: “A vítima entrará por aquela porta nos próximos 10 minutos”. Todos pararam, ficaram aguardando os 10 minutos passarem, os 10 minutos passaram e a vítima não entrou porque era uma pseudovítima. “Viu, Sr. Juiz? Vocês estão querendo condenar um rapaz que vocês mesmos não têm certeza porque todos ficaram olhando para a porta aguardando a vítima entrar”. Disse o advogado.

Transcorreu o júri e o juiz resolveu condenar o rapaz à prisão. O advogado pediu a palavra e disse: “Meu caro juiz, V. Ex.^a mesmo viu que todos aguardaram a vítima entrar e agora o senhor condena o meu cliente sem ter a prova?” E o juiz disse ao advogado: “De fato, todos nós ficamos olhando para a porta, aguardando a vítima entrar, mas eu prestei atenção que a única pessoa que não olhou para a porta foi seu cliente porque ele tinha certeza de que a vítima não entraria”.

Com isso, a única pessoa, o único partido que não tem interesse na CPI do INSS é o partido que tem certeza de que a vítima não vai entrar pela porta porque a vítima já foi sacrificada com seu salário que foi vilipendiado. O Partido dos Trabalhadores – que diz ser o partido dos trabalhadores – e os partidos da esquerda têm certeza de que roubaram essas vítimas, os nossos anciões, os nossos velhos, os aposentados. Eles têm certeza, caro Armando, de que essas vítimas não vão entrar pela porta. Talvez algumas dessas pessoas, meu caro Geraldo, quem sabe até em algum momento, já culpavam até o neto, dizendo: “Meu neto fez um pix roubando meu dinheiro”. Sem saber que o esquema não estava no neto, estava lá em Brasília e era coisa antiga, coisa antiga.

Mas que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

E aí fica a minha pergunta: Já que você tem tanta certeza, meu caro Partido dos Trabalhadores, já que você tem tanta certeza, meu caro PCdoB, de que a vítima entrará pela porta, por que não assinam a CPI? A quem interessa essa CPI?

Mas que Deus tenha misericórdia dos nossos velhinhos, que eles possam ter o seu dinheiro ressarcido, e não como propôs o Psol. A proposta do Psol é que a União pague a dívida, que já passa de R\$ 110 bilhões. Talvez seja um número que a maioria de nós aqui nunca viu na vida, mas esse é o maior esquema de corrupção já feito no nosso país.

E de onde tiraram esse dinheiro? Dos pobres coitados dos aposentados, que já não têm reajuste e o pouco que ganham, o governo federal ainda fica roubando.

Que Deus tenha misericórdia da nossa nação!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Presidente, depois da sua fala, não tendo mais nenhum parlamentar inscrito, eu declaro encerrada a presente sessão.

Boa tarde a todos e que Deus os abençoe.

A Sr.^a Olívia Santana (fora do microfone): Eu me inscrevi, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Um momento. Não foi encerrada, não, deputada. Eu não estou vendo seu nome na ordem aqui.

Deputada, o seu nome está bem aqui atrás, por isso não foi colocado o tempo, mas se a senhora quiser falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos. Mas seu nome realmente não consta na ordem dos deputados postos aqui, como vários deputados, a exemplo de Felipe, Matheus, Euclides, Pedro Tavares, Binho Galinha, Roberto Carlos, Vitor Bonfim, que estavam na lista de deputados a falar em primeira ordem, mas nenhum estava presente, e a senhora acabou de chegar.

Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Muito obrigada, presidente Fabrício. Quero saudar esta Mesa, saudar os colegas deputados e deputadas, saudar, mais uma vez, o time de servidores do Judiciário que, mais uma vez, está presente – estão mais assíduos do que muita gente nesta Assembleia – na luta pela aprovação do PL nº 25.491/2024.

Eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, dizer que eu venho a esta tribuna falar... Eu ouvi a voz do colega, a fala do colega deputado, sobre o escândalo do INSS. Eu resolvi, portanto, dar também minha opinião sobre esse escândalo.

É impressionante como a percepção é seletiva, quando é conveniente a certas pessoas. É importante destacar, aqui, que esses descontos ilegais, essa fraude que está acontecendo, um golpe contra os aposentados do INSS, deputado Fabrício, vem ocorrendo desde antes de 2019, passou todo o governo de Temer, de Jair Bolsonaro, principalmente, sem nenhuma investigação, porque a Polícia Federal era proibida de investigar. Somente agora, no governo de Lula, é que se investigou, a Controladoria-Geral da União foi a fundo e descobriu essa fraude e hoje veio a público.

Então, aqueles que fazem apostas em fake news, que acusam o atual governo, não dão uma palavra sobre o fato desse escândalo ter acontecido durante todo o governo de Jair Bolsonaro sem que fosse descoberto.

Ficam aqui as perguntas aos apoiadores daquele governo do inominável: Por que não se contesta isso? Por que não se tomaram providências, não se permitiu que a Polícia Federal investigasse, no auge daqueles descontos ilegais?

Mas que bom que o Brasil tem um novo presidente que tem compromisso político com a verdade, que bancou as investigações e garantiu que essa sangria absurda estancasse, essa vampirização dos aposentados.

Portanto, eu quero saudar o presidente Lula, que garante autonomia da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União para investigarem o que estiver errado. E é isso que o governo vem fazendo.

A outra questão, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna é o fato de que, mais uma vez, participamos de uma manifestação, na manhã de hoje, junto com os servidores, os professores da rede municipal de ensino que lutam pelo pagamento do piso salarial dos professores. A lei que garante o piso para os professores é descumprida na capital baiana pelo prefeito Bruno Reis.

O prefeito teve um aumento de 25% no seu salário, em dezembro do ano passado, mas não consegue entender que se ele pode atualizar o próprio salário, enviar projeto para a Câmara Municipal de Salvador, pressionar por sua aprovação, por que não fazer o mesmo em relação à classe trabalhadora? Por que não garantir o mínimo que foi estabelecido em lei como piso salarial para uma categoria que forma todos os profissionais? Não há profissional que não passe pelos professores e professoras das redes municipais e estaduais de ensino.

Portanto, ser professora, ser professor...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não é missão, é profissão, e é preciso garantir, portanto, o atendimento dessa pauta. A rede está em greve porque o prefeito não cumpre a obrigação dele.

Prefeito Bruno Reis, pague o piso salarial dos professores da rede municipal de ensino, que merecem e precisam ter uma vida digna.

É isso, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Inclusive, encaminhamos ontem um documento assinado por mim, pela deputada Fabíola, pelo deputado Robinson, pelo deputado Zé Raimundo e pelo deputado Hilton Coelho, por todos da Comissão de Educação, nele estamos exigindo o pagamento do piso salarial dos professores da rede municipal.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada pela sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Joia, prezada deputada amiga Olívia.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Agora sim, não temos mais nenhum deputado inscrito e eu declaro encerrada a presente sessão.

Uma boa-tarde a todos e a todas aqui presentes neste recinto, nesta Casa, no dia de hoje. Um abraço.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Dr. Diego Castro (justificada), Eduardo Alencar, Hassan, Jordavio Ramos, Laerte do Vando, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Niltinho, Radiovaldo Costa (justificada), Robinho, Rogério Andrade e Zó. (13) Os Deputados Dr. Diego Castro e Radiovaldo Costa tiveram as faltas justificadas (Atestado Médico).

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.